



GT 59. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

Coordenador(es):

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Povos indígenas, arqueologia e violências

Debatedor/a: Priscila Lini (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE - 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate.

As Práticas Culturais Do Óbito e Sepultamento Encontrados Na Mobilidade Guarani-Kaiowá Na Fronteira

Autoria: Leylanne Rittes Miranda (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Foi estudado na presente pesquisa, a questão da morte tratada por povos indígenas, devido a conflitos internos, acidentes, doenças e outros. Foi levando em conta, a análise do conceito antropológico de fronteira, atuando diretamente nesses povos e ocasionando a mobilidade. Diante de tais condições, como o povo Guarani, com especificidade no grupo denominado Kaiowá, no lado Brasileiro, e Paĩ Vavyterã, no Paraguai tratam os indígenas de sua tribo quando morrem, quais práticas culturais são realizadas, e quais influências essas práticas sofreram ao longo dessa mobilidade. Existe a cultura de ser sepultado e enterrado junto com os antepassados, para isso os Kaiowá necessitam retornar às terras de origem, algo afetado pela criação da fronteira Brasil-Paraguai em territórios que eram totalmente ocupados por povos indígenas. O estudo pretende fazer uma análise dos povos da fronteira, tendo em vista os óbitos indígenas, sepultamentos e sua mobilidade, além de dar notoriedade e possibilitar um aumento de conhecimento deste assunto à comunidade externa, a fim de preservar e respeitar os valores culturais. Tendo isso em vista, sabemos que a organização social desses povos possuía seus limites próprios, seus próprios rituais pós-morte e suas crenças, que se modificaram ao longo dos anos. Logo, a relação estabelecida entre os povos indígenas, nesse contexto os Guarani, com os agentes resultantes da nova cultura historicamente imposta, transformaram os modos tradicionais de vida, criando novos hábitos. A pesquisa contribuirá para maior compreensão dos padrões de sepultamentos e, principalmente, no que diz respeito às práticas mortuárias e sua evolução ao decorrer do tempo. Concluiu-se que houve uma mudança nas práticas funerárias indígenas, anteriormente podiam ser encontradas em referências bibliográficas e acompanhadas pessoalmente sem nenhuma mudança, todavia a



morte é usada como ferramenta em questões jurídicas, principalmente por questões de retomada.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: